



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, reunida no dia 30 de Janeiro na Voz do Operário, em Lisboa, discutiu e aprovou o Projecto de Resolução Política do 12º Congresso da JCP, que se realiza a 15 e 16 de Maio de 2021, para levar à discussão em toda a organização. Analisou a situação política e social dos jovens portugueses, traçando linhas para intensificar a luta da juventude e o reforço da organização.

### **I - As eleições para Presidente da República**

A Direcção Nacional da JCP sublinha a importante participação juvenil no apoio à candidatura de João Ferreira a Presidente da República.

Em circunstâncias especiais, que impossibilitaram a realização de inúmeras iniciativas que estavam pensadas para envolver ainda mais jovens, estas eleições contaram com momentos de grande significado, como o comício de jovens apoiantes a 10 de Outubro, na Amora, a sessão online com jovens emigrados a 12 de Novembro, ou a sessão realizada em Lisboa, no Mercado de Culturas, a 17 de Janeiro, com a presença do candidato, mas também a realização de iniciativas diversas sobre temas como a habitação, o desporto, a cultura, o ambiente e educação um pouco por todo o país.

Destaque ainda para os mais de 500 jovens que assumiram o apoio a João Ferreira envolvendo estudantes, jovens trabalhadores, dirigentes associativos, desportistas e agentes culturais, traduzindo uma forte corrente de apoio.



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

Valorizamos, também, as muitas inscrições de jovens na JCP e no PCP durante toda a campanha eleitoral e depois de conhecidos os resultados eleitorais, compreendendo que a actual situação exige que se tome partido, desmentindo todas as teses de envelhecimento e enfraquecimento do PCP.

A DN da JCP destaca particularmente o papel que a candidatura do João Ferreira desempenhou ao afirmar a Constituição da República Portuguesa como fonte de energia e soluções para os muitos problemas nacionais e, em particular, da juventude, abrindo já um horizonte de esperança em todos quantos compreenderam não estar sós nas suas angústias e aspirações e dando a cada um uma arma carregada de futuro para os muitos combates que temos pela frente.

A DN da JCP saúda todos os jovens que participaram nesta campanha, colando cartazes, participando em acções de contacto, partilhando conteúdos online, reafirmando perante todos que, com a sua intervenção e luta, esse horizonte não será fechado.

A votação obtida pela candidatura João Ferreira, ainda que aquém do valor da candidatura, traduz um progresso eleitoral quando comparado com o resultado do candidato apoiado pelo PCP em 2016. De facto, o aumento de 3,95% para 4,32% (para o qual contaram milhares de votos jovens) e a obtenção de um número idêntico de votos, num quadro em que votaram quase menos meio milhão de eleitores, desmente os que procuram falsamente minorizar o resultado obtido pela candidatura. Um resultado obtido num contexto de forte ofensiva ideológica, promoção mediática de determinadas figuras e afastamento da discussão dos poderes do Presidente da República e das respostas que o país precisa.



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

Estas eleições ficam também marcadas pela dramatização da possibilidade de uma segunda volta, pelo contínuo beneficiamento da candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa, pela insistência na falácia da desunião de um campo político e a necessidade do voto útil para garantir um segundo lugar, desvalorizando o objectivo das eleições, bem como pelas repetidas calúnias nas análises de resultados.

A DN salienta o valor e significado próprios da candidatura de João Ferreira que, como nenhuma outra, teve uma mensagem dirigida aos jovens, aos seus direitos, sonhos e aspirações. Um candidato que colocou o valor do trabalho e dos trabalhadores, da juventude, a defesa dos serviços públicos, a liberdade e a democracia no centro da sua intervenção, e deu conteúdo e significado ao que a Constituição da República representa enquanto guia orientador para um País que ainda está por cumprir - soberano e desenvolvido, de progresso social, de garantia e efectivação de direitos.

Uma candidatura de ampla convergência que, contra a corrente mediática, não se deixou arrastar para temas laterais, que se afirmou pela positiva, centrada no que estava em causa nestas eleições, nas funções do Presidente da República, e a sua intervenção na vida do país, com a força da clareza, da serenidade, do rigor, da convicção, da coragem e da confiança.

A Direcção Nacional sublinha que os candidatos que deram rosto às expressões mais reaccionárias, associadas aos interesses do grande capital e com o objectivo de atacar a CRP e os direitos dos trabalhadores e do povo, têm um resultado inseparável, mas mesmo assim aquém, da deliberada promoção e centralidade que alguns lhes quiseram atribuir para desviar atenções e prioridades sobre o valor e significado das suas candidaturas. Para lá dos muitos que, não partilhando das concepções reaccionárias, se deixaram instrumentalizar por um



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

discurso demagógico, a expressão eleitoral destes candidatos está muito longe de preencher a que, em outros momentos, candidatos de cariz reaccionário obtiveram.

## **II – Linhas de trabalho e actividade da JCP**

A realidade nacional continua marcada pelo agravamento da situação social e económica, decorrente de problemas estruturais que resultam de décadas de políticas de direita e aprofundada pela epidemia de Covid-19, que tem sido aproveitada para o agravamento da exploração, ataque a direitos individuais e colectivos e aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais.

Os impactos decorrentes da Covid-19 fazem-se sentir na educação com o governo do PS a adiar as respostas necessárias no combate ao vírus. O encerramento das escolas decretado pelo Governo e a consequente pausa lectiva prejudica mais uma vez os estudantes, confrontando-os com a incerteza e condicionando o processo de ensino-aprendizagem. A realidade comprova que, ao invés de decretos sistemáticos de Estados de Emergência, são necessárias medidas que mitiguem os impactos da pandemia e permitam o prosseguimento da vida com segurança em todos os seus planos. Fossem as propostas do PCP aprovadas, nomeadamente o reforço de investimento na Escola Pública, a contratação de mais funcionários e professores e a diminuição do número de alunos por turma, a opção de encerrar escolas e o regresso ao ensino à distância não estaria colocada.

Perante a inquestionável gravidade da situação epidemiológica do país, a decisão de suspender por 15 dias as actividades lectivas das creches ao ensino secundário, tal como o retomar do ensino a distância no próximo dia 8 de Fevereiro, deve ser encarada com



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

seriedade e preocupação , exigindo respostas serias no plano do apoio aos pais e às crianças e jovens.

O encerramento das escolas, para além das consequências no processo educativo, levanta problemas ao nível da socialização e da saúde mental dos jovens, que o Governo não pode ignorar. Neste campo destaca-se o Projecto de Resolução do PCP de promoção da saúde mental em contexto covid-19, apresentado na AR.

A DN da JCP alerta para os impactos da retoma do ensino à distância no aprofundar de desigualdades, reitera a necessidade de se garantir que todos os estudantes tenham condições para estudar e afirma que tal modelo de Ensino não poderá ser solução sempre que a situação epidemiológica piorar. O que se exige são medidas de carácter urgente e não paliativas.

A DN da JCP denuncia, também, que as verbas para a aquisição de produtos de protecção individual e de desinfeção têm-se revelado insuficientes em algumas escolas. Para além destas questões, o governo minoritário do PS continua a adiar respostas a problemas antigos e já identificados como o amianto nas escolas. Reafirmamos que não se pode pôr os interesses dos estudantes atrás de objectivos economicistas.

A realização dos exames nacionais no passado ano lectivo expôs o carácter perverso deste modo de avaliação. Num contexto em que o que se coloca é o regresso ao ensino à distância, a realização dos exames será uma barreira acrescida. O que se exige é o fim dos exames nacionais, e uma avaliação justa e contínua sem barreiras ao acesso ao ensino superior.



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

No Ensino Profissional, é necessário dissipar a incerteza quanto à retoma das actividades lectivas, particularmente dos estágios, garantindo que os estudantes não são prejudicados na reposição de módulos ou de horas de estágio, como aconteceu no último ano lectivo.

No Ensino Superior, intensifica-se o clima de incerteza e disparidades nas soluções encontradas pelas IES relativamente às avaliações e ao decorrer do ano lectivo, uma vez que, aos problemas crónicos decorrentes do subfinanciamento, acresce ainda a manutenção de aulas à distância e o aprofundamento dos problemas de alojamento estudantil, cujo número de camas se continua a mostrar claramente insuficiente. As propinas e os custos associados ao ES continuam a revelar-se como uma das principais barreiras ao acesso e frequência deste grau de Ensino, num contexto em que os impactos da crise sanitária e económica afectam os estudantes e as suas famílias.

Destacamos a actual posição do PCP e da JCP da suspensão de propinas, taxas e emolumentos, enquanto medida de urgência de apoio aos estudantes e às suas famílias.

A DN da JCP reitera que também para o ensino superior são necessárias medidas que mitiguem os impactos da epidemia e permitam a plena concretização do processo de aprendizagem e dos momentos de avaliação em formato presencial e seguro. Neste sentido, o PCP também apresentou propostas que se focaram no aumento do financiamento para o Ensino Superior e da Acção Social Escolar.

Depois de um ano lectivo marcado por prejuízos significativos, amplamente reconhecidos pela comunidade educativa, o que se exige é que, todas as instituições de ensino, devem estar encerradas o menos tempo possível e que se criem as condições para o ensino presencial em segurança. Assim, é necessária a contratação de funcionários para assegurar



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

condições de higiene, bem como de mais professores, possibilitando a redução do número de alunos por turma, de modo a garantir o respeito pelos cuidados sanitários nas escolas e faculdades facilitar a recuperação de matéria que não foi leccionada no ano anterior.

A Direcção Nacional valoriza a luta dos estudantes do Ensino Secundário, nomeadamente no Porto, a 4 de Dezembro, junto à DREN, e em Lisboa, dia 16 de Dezembro, junto ao Ministério da Educação, bem como a luta dos estudantes do Ensino Superior, no dia 18 de Novembro em frente à Assembleia da República, no dia 10 de Dezembro em frente à Reitoria da Universidade do Porto, e em Coimbra, no dia 17 de Dezembro, no Pólo I, bem como de várias acções nas IES em torno de reivindicações concretas. Estes processos demonstram o descontentamento dos estudantes face à falta de condições nas escolas e IES, sendo necessário intensificar o desenvolvimento da luta. A DN salienta a importância da afirmação do dia 24 de Março, Dia Nacional do Estudante, e do seu papel histórico, num quadro de ataques e barreiras impostos aos estudantes.

No quadro da juventude trabalhadora, mantém-se o aproveitamento da situação pandémica por parte do patronato. À boleia da precariedade, generalizam-se os despedimentos sendo já mais de 70 000 os jovens desempregados. Aprofunda-se a desregulação dos horários de trabalho com a generalização dos bancos de horas e com o teletrabalho que tem contribuído para o isolamento dos jovens e o ataque aos direitos, nomeadamente de maternidade e paternidade.

O aumento do salário mínimo nacional (SMN) para os 665 euros está ainda longe das necessidades dos trabalhadores e do país, sendo possível e urgente ir mais longe para atingir o SMN de 850 euros.



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

A ofensiva do patronato tem encontrado a resistência e a luta dos trabalhadores, de que são exemplos o protesto contra o fecho da refinaria da Petrogal, em Matosinhos, a luta dos trabalhadores da APTIV contra os despedimentos ou na Carl Zeiss contra a laboração contínua. Luta que terá um momento alto de força e dinâmica no dia 25 de Fevereiro, numa jornada de luta descentralizada convocada pela CGTP-IN, sob o lema "Salários, emprego, direitos. Confiança, determinação e luta por um Portugal com futuro". Em greve, plenários, protestos à porta das empresas e acções convergentes em todo o país, os trabalhadores farão ouvir a sua voz e os jovens trabalhadores darão um contributo fundamental. Este dia será uma rampa de lançamento para o dia de luta nacional dos jovens trabalhadores no dia 25 de Março, para assinalar o 28 de Março, Dia Nacional da Juventude, momento em que estará no centro das reivindicações o combate à precariedade, aos baixos salários e aos horários desregulados. Um dia de luta cuja mobilização começa agora com o contacto com os jovens trabalhadores nas empresas e locais de trabalho.

No plano internacional, as prioridades e o programa para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia evidenciam o alinhamento do Governo Português com as orientações e as políticas da União Europeia, determinadas pelos interesses das grandes potências e dos seus grandes grupos económicos e financeiros.

No que concerne ao plano europeu de aquisição de vacinas contra o Covid-19 e aos problemas associados, mais uma vez que se comprova a fragilidade da dita solidariedade europeia reforçando a necessidade da defesa da autonomia e soberania.

A tomada de posse da nova administração norte-americana, presidida por Joe Biden, para lá do que representa de anunciadas mudanças no plano interno, é acompanhada da tentativa



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

de reabilitação da imagem dos EUA, procurando apresentar como exemplo de democracia um sistema dominado pelo grande capital financeiro e pelo complexo militar-industrial, branqueando o seu papel como potência hegemónica do campo imperialista.

Esta tentativa de branqueamento e reabilitação dos EUA como referência nas relações no plano mundial, confronta-se com as posições já anunciadas pela administração Biden face ao contínuo criminoso bloqueio imposto a Cuba, a política de ingerência contra a Venezuela, o apoio ao terrorismo no Médio Oriente em particular na Síria, a política de cumplicidade com Israel de ataque a Palestina e ao seu povo, a ingerência e chantagem ao Irão, a escalada de confrontação com a República Popular da China e a Rússia.

Perante a política agressiva do imperialismo, reafirma-se a necessidade do reforço da solidariedade internacionalista e da convergência numa ampla frente anti-imperialista que detenha a ofensiva do imperialismo e abra caminho à construção de uma nova ordem internacional de paz, soberania e progresso social.

A DN da JCP sublinha a centralidade que o Centenário do Partido Comunista Português tem que ganhar a partir de agora, particularmente as iniciativas do dia 6 de Março de 2021, em que vão confluír 100 anos de luta, de património de história e de projecto, e que exige a mobilização de toda a organização e amigos.

Num momento tão complexo e exigente, o dia 6 de Março de 2021 deve ficar marcado pela afirmação de que, 100 anos depois, a confiança num futuro melhor, numa sociedade de felicidade, liberta de exploração, de injustiças e desigualdades, um mundo de paz e progresso social, mostra àqueles que fundaram o PCP que a força que libertou a chama da acção e de luta de sucessivas gerações de comunistas, com a determinação e coragem que os fez enfrentar as mais duras provas, entre eles, tantos e tantos jovens, continuam bem vivos tal como o sonho milenar da construção de uma terra sem amos.



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

A DN da JCP destaca o conjunto de iniciativas já realizadas, bem como a importância do envolvimento e contribuição dos membros da JCP, para mais elementos de comemoração do Centenário, como pinturas de murais, debates ou ciclos de cinema, alargando as iniciativas e expressão nas escolas, nos locais de trabalho, e sob o lema “O Futuro tem Partido! – Liberdade, Democracia, Socialismo”. É necessário, então, prosseguir e intensificar a sua celebração, ligando o centenário à vida da juventude, servindo como elemento particularmente mobilizador para que outros tomem Partido e adiram à JCP.

A DN da JCP reforça a importância da Campanha Nacional de Fundos “O Futuro tem Partido!”, que decorrerá até ao próximo mês de Maio, e a necessidade de impulsioná-la. Toda a organização é chamada a trabalhar para o seu sucesso, envolvendo amigos e criando linhas de trabalho para a reforçar, discutindo em cada reunião e com cada militante a importância da independência financeira do Partido.

A DN destaca, igualmente, as acções em torno da celebração do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, nomeadamente a Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo MDM - a 7 de Março no Porto e a 13 de Março em Lisboa - e a semana da igualdade promovida pela CGTP-IN. Destacamos ainda o dia de luta Nacional da juventude trabalhadora marcado para 25 de Março pela Interjovem/CGTP-IN, as comemorações do 47.º aniversário do 25 de Abril, incluindo o 45.º aniversário da Constituição da República Portuguesa a 2 de Abril, e a jornada de luta do 1.º de Maio.

Numa fase em que grandes perigos convivem com grandes potencialidades, a ofensiva ideológica aprofunda-se, procurando simultaneamente alimentar os preconceitos anti-comunistas e justificar inadmissíveis ataques aos direitos da juventude. A DN da JCP, alertando para a exigência das tarefas colocadas, aponta como caminho o reforço da iniciativa



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

das diversas organizações e colectivos de base, animando a denúncia e acção reivindicativa em todos os espaços, expondo as contradições do sistema e elevando o patamar de consciência da juventude portuguesa.

### **III- 12º Congresso da JCP - Mil lutas no caminho de Abril! Organizar, Transformar**

A DN da JCP procedeu à avaliação e à preparação do seu 12º Congresso, que se realizará a 15 e 16 de Maio, sob o lema “Mil lutas no caminho de Abril! Organizar, transformar”.

Este momento alto da vida da organização serve para aprofundar o conhecimento sobre a realidade da juventude portuguesa e traçar as linhas de trabalho para o reforço da JCP nas escolas, nas empresas e locais de trabalho.

A DN da JCP aprovou o regulamento e o Projecto de Resolução Política que agora será discutido nas organizações regionais e sectoriais. Este documento deve contar com a leitura atenta e a contribuição de todos os militantes, de todos os jovens que se revêm no projecto revolucionário de construção de uma sociedade nova, o socialismo, que a JCP representa.

A DN da JCP sublinha a importância das organizações, mesmo nas actuais circunstâncias que limitam alguns aspectos de funcionamento, procederem de imediato à calendarização das reuniões e iniciativas de debate e discussão que permitam a todos os jovens que o queiram ter espaço para dar a sua contribuição. A discussão do projecto, que decorrerá a par das necessidades de reforço da JCP, alargando o recrutamento e responsabilização de novos membros, e do contributo para o desenvolvimento da luta da Juventude em torno dos seus problemas concretos, contribuirá para linha fundamental de orientação para a acção dos jovens comunistas em Portugal, pelo que é indispensável contar com a opinião de todos.



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

A DN da JCP chama à atenção para que a preparação e construção do 12º Congresso constitua a tarefa prioritária, nos próximos meses, da organização da JCP.